ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 11
3ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 25 de abril de 2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Portalegre, para a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril de 1974.----------
Presencialmente estiveram os seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano António de Sousa Varela e Silva, Bruno Miguel Tavares Metelo, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, Gonçalo Manuel Delicado Pacheco, Maria da Conceição Ceia Miranda, Filipa Barroso Viegas, Pedro Miguel Ribeiro Ranheta, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, Diogo Rafael Bagina Aragonês, José Cordas Barradas, António José Bagina Alegria, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Vera Cristina Campos Barbas, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Raquel Alexandra Reizinho Carita Castelo. ----------
Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, António José da Mota Casanova, Laura Ivone Velez Galão, Nuno Gonçalo Franco Lacão, Sónia Raquel Ceia da Silva, Ana Margarida Salgueiro Curinha e João Nuno Cativo Cardoso.----------
Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Nuno José Relvas Morgado, assistente técnico, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.----------

FALTAS: Faltaram os membros Artur Jorge Coelho Correia e Jaime Alexandre da Silva Fitas.----------

AS SUBSTITUIÇÕES:

O membro da Assembleia Municipal Ricardo Jorge Palmeiro Durão fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Ana Luísa Mieiro Carneiro, que não podendo estar presente foi substituída por Bruno Miguel Tavares Metelo, e, o membro Ana Isabel da Costa Meira fez-se substituir por Pedro Miguel Ribeiro Ranheta, nos termos do citado artigo e atenta a ordem da lista da CLIP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal João Pedro Cachiço Ribeiro Luís fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Maria Gertrudes Ludovino Carvalho; e, o membro Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia fez-se substituir por António José Bagina Alegria, nos termos do citado artigo e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

O membro da Assembleia Municipal João Paulo Carreço Brazão fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Diogo Rafael Bagina Aragonês, atenta a ordem da lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.-

O membro Amândio José Valente e Valente fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Diogo Júlio Cleto Serra, que não pode estar presente, tendo sido convocada Maria do Rosário Palhas Narciso, que não pode comparecer, tendo sido chamada Ana Maria Soares Lopes, que por sua vez não pode estar presente tendo sido convocado Gonçalo Manuel Delicado Pacheco, atenta a lista da CDU sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Bruno José Marchão Calha fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Vera Cristina Campos Barbas.----------

O vereador da Câmara Municipal Luís David Trindade de Moreira Testa fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Sónia Raquel Ceia da Silva.----------

ABERTURA DA SESSÃO:
==========

No uso da palavra, Manuel Mouro Gonçalves Mata, com a respetiva autorização que lhe foi concedida pelo presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, Dr. Luís Romão e pela presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Eng.ª Fermelinda Carvalho, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão solene comemorativa do 49.º aniversário do 25 de Abril, eram 09H30.----------
Referiu que iriam assistir a **ABRIL|VOZES-** um apontamento artístico, constituído por 49 vozes, de encontro de gerações e que celebra os 49 anos da Revolução do 25 abril. Evocando memórias através da música e da poesia|----------
Com Direção Artística – Associação Cultural UMCOLETIVO (Cátia Terrinca) e Orfeão de Portalegre (Maestro Jorge Gargaté) ----------
E----------
Participações- Um COLETIVO – Associação Cultural; Orfeão de Portalegre; Alunos/as do Agrupamento de Escolas do Bonfim; Alunos/as do Agrupamento de Escolas José Régio; e Alunos/as da Escola Secundária de São Lourenço.----------
Após o apontamento artístico, foi dado início às intervenções dos representantes dos partidos políticos e grupo de cidadãos independentes com assento na Assembleia Municipal de Portalegre, da senhora presidente da câmara e do senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre.----------

<u>Intervenção de Gonçalo Manuel Delicado Pacheco, em nome da CDU-PCP/PEV:</u>

"Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre

Ex.mos eleitos da Assembleia Municipal
Ex.ma senhora Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
Ex.mos senhores vereadores da Câmara Municipal de Portalegre
Ex.mos senhores presidentes de juntas de freguesia do concelho de Portalegre
Ex.mas entidades civis, militares e religiosas, convidadas, presentes
Ex.mo público presente
Portalegrenses

Assinalamos, hoje, 49 anos, da madrugada porque todo o país esperava, o dia inteiro inicial e limpo, que Sofia tão bem retratou, quando emergimos da noite e do silêncio.

25 de abril remete-nos, imediatamente, para a ideia de liberdade e tolerância.

E um excelente exemplo de liberdade e tolerância é o facto de hoje aqui estar, convidado a usar da palavra, em nome de uma força política, a CDU, com a qual tenho uma discordância profunda e insanável, desde o dia 24 de Fevereiro de 2022, sobre o grande acontecimento internacional do nosso tempo.

Essa intervenção, poderia versar um conjunto de questões, com que Portugal se debate, e, para as quais não vemos respostas, antes o agudizar das suas consequências, resultado de uma inação ou incapacidade mais ou menos inexplicável.

Poderia aqui abordar, a degradação tão dolorosamente evidente do Serviço Nacional de Saúde, incapaz de atrair os recém-licenciados das diversas áreas, e, que progressiva mas inexoravelmente vai encerrando valências e respostas, e, que agudizam as já de si gritantes desigualdades territoriais.

Ou referir, o estado da educação em Portugal, vítima de experimentalismos e deslumbramentos, na maior parte das vezes requentados. Na ausência de um planeamento, sério e digno desse nome, que fosse capaz de evitar a situação em que hoje nos encontramos, impotentes para fazer o rejuvenescimento da classe profissional dos professores. Na navegação à vista, oscilando entre o facilitismo e o rigor, assente na ideia demagógica da igualdade de oportunidades, quando caminhamos cada vez mais em sentido inverso.

Ou então, sobre a forma como não estamos a conseguir evitar, que a tão apregoada geração mais qualificada de sempre, abandone o país, levando consigo todas as aprendizagens entretanto adquiridas. Porque lhes continuamos a acenar com a precariedade, as soluções avulsas e temporárias, os baixíssimos salários, que tanto desrespeitam as suas qualificações.

Também se justificaria, a crítica à forma como vemos ser feita a gestão da coisa pública, parecendo que se estende a gestão do estado como a extensão da gestão do próprio quintal. Acumulando-se os casos, em que a ética republicana é apenas uma memória longínqua, apregoada em ocasiões solenes, colocada na lapela em dias festivos, e esquecida em todos os restantes. Não perceber, que é disto que se alimentam os populismos é não perceber o mundo em que vivemos.

Outra possibilidade, seria a chamada de atenção, como se não fosse evidente, para o aumento das desigualdades sociais, quando vemos o crescente agravamento do fosso entre os que mais têm e os mais pobres. Os números, com que somos confrontados regularmente, deviam encher-nos de vergonha, e, levar-nos a questionar o que realmente se anda a fazer.

Todos estes exemplos podem levar-nos a pôr em causa o funcionamento da democracia, nada mais errado, só enquanto país democrático teremos futuro, a história que tantos teimam em esquecer, já o demonstrou bastantes vezes.

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Porque apesar de tudo aquilo que temos passado é inegável reconhecer, identificar as portas que abril abriu. E é precisamente sobre portas, que quero centrar a minha intervenção, mais concretamente sobre duas portas, que na realidade são três, que estão fechadas na nossa cidade, e que são o espelho do seu declínio.
A primeira dessas portas, é a do espaço Robinson, que se encontra à mercê do vandalismo, diria até das pilhagens, e cuja degradação é por demais evidente. Em 2019 encontravam-se mais de 700 máquinas naquele espaço, hoje ninguém sabe nem sabemos o seu estado de conservação. Penso que, não é necessário relembrar a importância e o significado que o espaço Robinson tem para a cidade. A sua preservação é a preservação da memória de todos os que ali trabalharam, o que ali se passa, ou melhor, o que ali não se passa, é a falta de respeito por todos os milhares que fizeram daquele espaço uma âncora do desenvolvimento da cidade. Mas, mesmo no atual estado calamitoso de abandono, não deixa de ser um espaço com enorme potencial. Desde a possibilidade de musealização, de uma parte daqueles sete hectares, a construção de espaços verdes e de lazer, podendo ser o polo aglutinador que a cidade necessita, com todo o conjunto de utilizações, com diversas funcionalidades, à semelhança daquilo que se verifica noutras cidades, algumas próximas de nós, permitindo, por exemplo, a localização e apoio logístico das instituições culturais e de outra índole da cidade. Convém referir, que ali se encontram localizados três auditórios, sendo que só um tem alguma utilização. Penso que poderíamos ali encontrar o grande desígnio da cidade, e, o seu eixo para o futuro, criando condições para atrair empresas na área das tecnologias, beneficiando do fato de os custos serem aqui inferiores aos de outras zonas do país. Esta perspetiva não se confunde com as visões megalómanas do passado, que resultaram na criação de inúmeros imbróglios jurídicos, que se foram acumulando, e que, justificam a inação dos dias de hoje. Não são, no entanto, estes imbróglios, que impedem a salvaguarda dos documentos aí existentes, tão necessária e cada vez mais urgente. Penso que devem ser acautelados e encaminhados para o acervo do futuro arquivo municipal, se outra melhor ideia, entretanto não surgir. Esse espólio deve ser salvo, enquanto ainda tal é possível, para que no futuro não lamentemos mais um rombo na nossa memória coletiva. Mas, o estado a que chegou o espaço Robinson é o mais fiel retrato da decadência da nossa cidade, e da falta de peso político a nível nacional. Houvesse uma conjugação de vontades e não estaríamos resignados a presenciar a morte daquele local.
Assim, mais uma vez assistimos ao triste fado desta cidade, tão bem espelhado nas palavras de Carlos Garcia de Castro, e, cantadas pelo Quarteto do Sol - Portalegre é quem destina, basta que sim, tem de ser.
Não queria terminar este capítulo, da minha intervenção, sem invocar a memória de Armando Varela, meu colega, durante alguns meses, no Conselho de Administração da Fundação Robinson.
A outra porta que se fechou em Portalegre, na verdade são duas, são as portas dos internatos distritais de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição. Bem sei que nos últimos anos, na senda da suavização das palavras, mudaram a sua designação para casas de acolhimento, no entanto, é com aquela denominação que são conhecidos pelo país fora, onde vive ou tenha vivido alguém lá formado.
Ao contrário do que se possa pensar, os internatos não formaram centenas de marginais, mas sim, milhares de pessoas que deram e continuam a dar o seu contributo

à sociedade. Foram estas instituições, que transformaram a vida de crianças e jovens, promovendo a sua integração e permitindo-lhes a vida digna, que parecia estar-lhes negada nos contextos sociofamiliares de origem. Foram elas, que impulsionaram os projetos de vida para cada jovem, devidamente enquadrados e acompanhados, e, quando se transforma uma vida está-se a transformar o mundo. O seu encerramento, e não vou aqui alongar sobre as razões apontadas para o efeito, resulta de um processo de desresponsabilização do estado em diversos momentos. Primeiramente, na alteração do modelo de gestão, aquando da assinatura de acordos de cooperação para o seu funcionamento, depois de terem sido efetuados avultados investimentos na sua requalificação física. Aí começou a demissão do estado para com aquelas crianças e jovens. Porque, quando uma criança é retirada à sua família, ela passa a ser responsabilidade da sociedade, ou seja, de todos nós, e, compete ao estado cuidar ou assegurar que alguma instituição cuida dessa criança, garantindo-lhe estabilidade e integração. Porque não pretendendo assumir as suas responsabilidades, competia-lhe, pelo menos, garantir a consecução dos projetos de vida dos residentes das instituições. Também isso foi deixando de ser feito, com ausência de uma verdadeira fiscalização e acompanhamento, por isso, o estado não pode alegar desconhecimento e surpresa, porque não esteve à altura das suas responsabilidades. Foi o doutor Laborinho Lúcio que disse, que a forma como a sociedade trata os seus jovens, sobretudo os mais vulneráveis, é um indicador de como essa mesma sociedade se quer dar ao respeito. Porque a vida dos jovens, para com quem esta foi madrasta, não pode ser descartável, ou alterada em função das vagas existentes ao longo do país.
Estranhamente, não vi nenhuma juventude partidária em Portalegre abordar esta questão, nem se pronunciar publicamente. Se esta não é uma matéria de política de juventude, então não sei o que seja.
Queria terminar este capítulo manifestando a minha solidariedade, para com todos os que, de uma forma ou de outra, passaram por aquelas casas, fosse na qualidade de residentes, fosse na de funcionários. Muitos dos quais conheci e pude atestar a sua dedicação e carinho, substituindo-se às famílias naturais, sendo reconhecidos e tratados por pais, mães, avós, tios, irmãos.
Senhor presidente da Assembleia Municipal e restante publico presente, não queria concluir a minha intervenção sem uma palavra de esperança, afinal estamos a relembrar abril, e as portas que abril abriu. Não podemos ceder a tentação, errada e demagógica, que nos querem vender, que hoje estamos pior que há quarenta e nove anos. Todos os indicadores demonstram o contrário.
Portugal não sendo o país perfeito, que gostaríamos que fosse, permite que hoje estejamos aqui a celebrar, com a possibilidade de manifestar as nossas opiniões e discordâncias. Temos um longo caminho a percorrer, mas não podemos deixar que o medo, e aqueles que do medo se alimentam, vençam. Temos de ser nós, no dia-a-dia, com as nossas atitudes, a contribuir para que em conjunto possamos construir um Portugal mais livre, mais justo e mais fraterno.
Viva o 25 de abril.
25 de abril sempre e para sempre."

<u>Intervenção de Adriano Manuel Alface Bailadeira, em nome da CLIP:</u>

"Exmo senhor Presidente e membros da Assembleia Municipal de Portalegre

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Ex.ma senhora Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
Ex.mos senhores Vereadores
Ex.mos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia do concelho
Ex.mas entidades presentes civis, militares e religiosas
Ex.mos representantes de Associações e outras entidades
Ex.mos funcionários da Câmara Municipal de Portalegre
Ex.mos representantes de Partidos Políticos
Órgãos de Comunicação Social
Minhas Senhoras e meus Senhores
Comemoramos hoje o dia da Revolução Portuguesa, aquela que nos devolveu a Liberdade.
Aquela que deu início ao processo da Democracia, o 25 de Abril de 74.
Mas também celebramos o 25 de abril de 75, quando decorreram as primeiras eleições livres universais, para eleger a Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição Portuguesa, aprovada em 76, permitindo assim, novamente no 25 abril mas de 76, elegermos, pela primeira vez, os nossos representantes na Assembleia da Republica, os designados representantes do povo.
Mas será que estes ainda representam, aos olhos do povo, os ideais dos diversos 25's de abril que referi. De, por exemplo, promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, como refere a alínea d) do art.º 9.º da nossa Constituição, a igualdade real entre os portugueses.
Mas falamos de que igualdade, a de termos um país a duas velocidades, em que temos um interior que continua esquecido porque não vale muitos votos.
A de termos um Alentejo, que ocupa quase um terço do território do nosso país, mas que elege somente 8 dos 230 deputados da Assembleia da República.
A de ouvirmos, constantemente, chavões como coesão territorial, e, depois termos a constituição de duas novas zonas, NUTS nível II, que vão prejudicar o Alentejo.
Porque, esta reorganização vai fazer subir estatisticamente, o rendimento *per capita* no Alentejo, fazendo que a nossa região perca a classificação da zona de convergência, o que implicará menos dinheiro europeu.
Falarmos de qualidade de vida, quando temos sérios problemas de acesso à habitação, sobretudo social, e, onde os jovens saem cada vez mais tarde de casa dos seus pais, por não terem condições para subsistirem por conta própria.
É esta a liberdade conquistada.
É esta a Democracia que abril defendia.
Celebrar abril não deve servir para parecer bem na fotografia, com um cravo na lapela e cantar a Grândola Vila Morena.
Deve ser, sim, um momento de reflexão para pensar o que temos feito da Democracia, que conquistamos, e para onde esta pode caminhar.
A verdade é que as pessoas mostram, cada vez mais, um enorme desencanto, pela forma como a democracia tem sido vivida, por aqueles que deveriam ser um dos seus maiores baluartes, os políticos.
Os portugueses olham com desconfiança para aqueles que são eleitos para os representar, sendo que quanto mais alta é a responsabilidade do cargo, maior a desconfiança.
Não podemos deixar de reconhecer que existe fundamento para essa desconfiança, que resulta numa descredibilização da classe política, por razões parcialmente, e de

forma eloquente, foram descritas por João Miguel Tavares no seu discurso do dia de Portugal, realizado em Portalegre em 2019.
Seja pelos diversos casos que vamos assistindo, ao nível do governo e ou Assembleia da República, seja pelas notícias, sobre indeminizações a gestores públicos, ou nomeações para cargos, a quem é pago ou nomeado, retroativos anteriores à sua nomeação, seja pela falta de responsabilização de ações, literalmente criminosas, que vão sendo praticadas e que ficam impunes.
Seja pela lei de limitação de mandatos, pros presidentes de Câmara, que, mesmo assim, ao final de três mandatos se candidatam a outras câmaras, desvirtuando o espírito da lei que procurava evitar, pelo menos a nível autárquico, a profissionalização do político e a sua perpetuação no poder.
E o problema passa por aqui, pela profissionalização da carreira política em substituição do servir a causa pública.
A exigência para se ser profissional da política torna-se, na maior parte das vezes, incompatível com a genuína preocupação em defender a causa pública.
Infelizmente, esta é a realidade do nosso país, essa e a alternância de ocupação de cargos, se não é eleito é nomeado, mas o vinculo de trabalho nunca deixa de ser político.
É cada vez mais normal encontrarmos políticos que nunca tenham tido outro tipo de relação de trabalho, ou que, pelo menos tenham feito mais de metade da sua vida laboral fora deste meio, e depois, as pessoas ficam desconfiadas e não se sentem verdadeiramente representadas.
Aliás, a representatividade dos votos é outro dos problemas que temos. Nas últimas eleições legislativas, um em cada sete votos, a nível nacional, não serviu para eleger deputados. Perto de 700 mil votos. Este é o problema da forma como usamos o método de Hondt no sistema eleitoral em vigor, protege sistematicamente a eleição de deputados por parte dos dois partidos, historicamente mais representados na Assembleia da Republica.
Apesar de, muito já se ter falado sobre a mudança do sistema eleitoral português, a verdade é que os partidos que mais facilmente podem promover a alteração deste sistema, ainda não viabilizaram essa mudança, que, aliás, já vai acontecendo nalguns países por esse mundo fora.
O atual sistema eleitoral protege os maiores círculos eleitorais, onde são precisos menos votos para eleger mandatos, o voto do eleitor destes círculos tem assim mais peso do que o nosso. Esta é mais uma forma de não promover a coesão do território, chavão este, que tanto se apregoa e tão pouco se pratica, e, continuamos assim a ser sucessivamente prejudicados.
Nas últimas duas eleições legislativas, o distrito de Portalegre foi onde a maior percentagem de votos não foi convertida em mandatos, em 2022 foram mais de 50% dos votos, cá está, voltamos à questão da igualdade real entre os portugueses, referida na tal alínea d) do artigo 9.º da nossa Constituição.
Essa igualdade não existe, como sabemos, até pela forma como a sentimos na pele, e pela forma como o país se inclina para o litoral. Não é razoável que se mantenha este cenário, podíamos e devíamos olhar para as boas práticas eleitorais, dos sistemas de representação proporcionais mistos, como os da Alemanha, Escócia, País de Gales ou Nova Zelândia. Nestes países cada eleitor recebe dois votos, um voto elege o representante local em círculos uninominais, o outro serve para votar num partido a nível nacional.

Em Portugal, por exemplo, e partindo de uma base de uma redução para 200 deputados, no voto a nível nacional poderiam eleger 150 deputados, a partir das listas dos partidos, o que assegura as questões sobre governabilidade, mas é ao nível local, nos referidos círculos uninominais, que podem ser calculados para que existam 50, com base num rácio entre população e território, que se pode dar o próximo grande passo na democracia representativa e participativa, elegendo um deputado por círculo, que verdadeiramente represente esse território e as suas gentes, e que, não seja um paraquedista colocado por um partido.
Eleger a pessoa, não o membro do partido, do movimento, ou, de uma associação.
Eleger a pessoa, que tenha ideias e princípios próprios, e que não se reconhece nos ideais políticos partidários ou de movimentos.
Abril permitiu que pudéssemos votar livremente, mas ainda não nos foi dada liberdade para podermos ser eleitos livremente, só se formos autorizados por um partido político podemos tentar fazer parte de uma solução legislativa.
O artigo 13º da Constituição, referente ao princípio da igualdade, refere no ponto dois e passo a citar:
«Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito, ou isento de qualquer dever, em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual».
Facilmente se comprova que continuamos a ser privados do livre acesso, enquanto cidadãos com pensamento próprio, da oportunidade de podermos concorrer a uma das maiores instituições, que se quer como um dos pontos máximos da Democracia em Portugal.
É por tudo isto que, a reforma do sistema eleitoral é uma necessidade premente, para que o verdadeiro espírito da Democracia prevaleça, para que real igualdade entre portugueses não seja só uma frase bonita escrita na Constituição.
Nas palavras do grande poeta José Carlos Ary dos Santos «Só faltava que este abril não se cumprisse», permitam-me que reporte esta frase não só a abril de 74, mas também ao de 75, mês em que a nossa constituição foi aprovada e em que entraram em vigor os princípios que referi, porque é preciso respeitar e honrar o espírito de promoção democrática que a nossa constituição defende, e esse papel cabe sobretudo aos nossos políticos, com responsabilidade de legislar.
E aqui concluo, referindo-me a necessária credibilização e representatividade do regime político democrático em Portugal, citando o discurso do João Miguel Tavares, efetuado em Portalegre: «Deem-nos alguma coisa em que acreditar».
Viva o 25 abril.
Viva a Democracia.
Viva Portugal. "

<u>Intervenção de Albano António de Sousa Varela e Silva, em nome do PS:</u>

"Muito bom dia a todos
Antes de iniciar os cumprimentos gostava de deixar os parabéns, em nosso nome, ao orfeão de Portalegre e a esta classe mista de alunos estudantes de Portalegre, foi uma atuação brilhante.

Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre
Ex.ma senhora Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
Caros representantes das diferentes forças políticas, das diferentes bancadas da Assembleia Municipal de Portalegre, presentes nesta sessão solene
Restantes membros da Assembleia Municipal
Vereadores da Câmara Municipal
Presidentes e representantes das Juntas de Freguesia do concelho de Portalegre
Individualidades que representam as instituições académicas, civis, militares e religiosas
Permitam-me um cumprimento especial nominal à senhora Comentadora Domingas Valente e ao senhor bispo Don Antonino Dias da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, aqui presentes
População de Portalegre em geral
Comunicação Social
Meus Amigos
A todos cumprimento e saúdo com um abraço fraterno de abril.
Um agradecimento especial ao meu grupo municipal, por confiar em mim a sua representação, nesta sessão solene do 25 de abril, na pessoa do líder da minha bancada do partido socialista, companheiro Raul Cordeiro.
Na madrugada de 25 de abril de 1974, na Parada da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, o capitão Salgueiro Maia desafiou os seus homens para o acompanharem a Lisboa, com a missão de, segundo as suas palavras, acabar com o estado a que chegamos no país. Depois da sua intervenção, os 240 homens, que o ouviram, formaram de imediato disponíveis para o desafio, e lá seguiu a coluna de blindados em direção a Lisboa, para um dia intenso e carregado de glória. Primeiro a tomada dos ministérios no Terreiro do Paço, vencendo por rendição a oposição de um destacamento militar fiel ao regime, depois, seguindo para o Quartel do Carmo, onde se tinha refugiado o Presidente do Conselho Marcelo Caetano, que viria a render-se, não sem antes ter sido necessário abrir fogo sobre as paredes externas do Quartel. Por fim, a escolta de Marcelo Caetano ao aeroporto, acompanhando-o a um avião que o levaria para o Brasil, onde ficou exilado.
Em todo aquele dia 25 de abril, esta coluna militar revolucionária, bem como outras em lisboa e noutros pontos do país, sentiram o apoio unanime de um povo, que ia enchendo as ruas, cansado de um regime autoritário onde as liberdades eram proibidas, a pobreza social era uma realidade dominante, o atraso económico em relação a outros países da europa era avassalador. Um país fechado em si próprio, na sua ruralidade e na sua política colonial, isolado do mundo civilizado, a sustentar à custa de jovens soldados, em serviço militar obrigatório, uma sangrenta guerra fratricida contra os movimentos de libertação dos povos irmãos africanos, que lutavam pela independência dos seus países.
É essa revolução de cravos, de há 49 anos, e essa relação das forças armadas com o povo, que hoje comemoramos.
Já agora, é importante relembrar também, que faz hoje precisamente 48 anos, que tiveram lugar as primeiras eleições livres e democráticas. Nessas eleições votou-se a nova assembleia constituinte, que teve a missão de elaborar a nova constituição da república portuguesa, que permitiu um ano depois, em 25 de abril de 1976, eleger a primeira Assembleia da República. Vale a pena recordar os nomes dos líderes dos

partidos e movimentos democráticos que concorreram às eleições de 1975, por ordem decrescente de resultados alcançados pelos seus partidos: Mário Soares, Sá Carneiro, Álvaro Cunhal, Freitas do Amaral, Pereira de Moura, Manuel Serra, Afonso de Barros, João Pulido Valente e Gonçalo Ribeiro Teles. Estes foram os primeiros líderes partidários da nossa democracia representativa, são outros dos protagonistas de abril livre.

Retomando a evocação de Fernando José Salgueiro Maia, nasceu em Castelo de Vide, distrito de Portalegre, em 1944, homem reconhecido entre os seus pares como de uma enorme coragem e determinação, integrou o MFA, movimento das forças armadas, como delegado do ramo de cavalaria, fez parte da comissão coordenadora do MFA. Cumpriu a sua missão militar em 25 de abril com enorme zelo e profissionalismo, depois com enorme humildade e desapego do poder, regressou ao seu quartel e à sua vida militar, recusando cargos ou nomeações políticas ou militares. Faleceu em 1992, com apenas 47 anos, na altura tenente-coronel de cavalaria do exército português, agraciado nacionalmente em 1983 pelo Presidente Ramalho Eanes, em 1992 a título póstumo pelo Presidente Mário Soares, e, em 2016 também a título póstumo pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Muitas são as obras de arte e os sítios que o homenageiam, como um dos heróis de abril. Também na poesia Manuel Alegre, em 2012, lhe prestou homenagem, com um poema que não resisto a ler-lhes aqui:

Ficaste na pureza inicial
Do gesto que liberta e se desprende
Havia em ti o símbolo e o sinal
Havia em ti o herói que não se rende
Outros jogaram o jogo viciado
Para ti nem poder nem sua regra
Conquistador do sonho inconquistado
Havia em ti o herói que não se integra
Por isso ficarás como quem veio
Dar outro rosto ao rosto da cidade
Diz-se o teu nome e sais de Santarém
Trazendo a espada e a flor da liberdade
Citei.

Evoquemos agora outra referência regional. Em 1931 nasce, em Campo Maior, distrito de Portalegre, Manuel Rui Azinhais Nabeiro, proveniente de famílias humildes, trabalhou desde jovem com seu pai e tios na torrefação de café, mas em 1961 cria o seu próprio negócio e funda a marca Delta em Campo Maior, que cresceu de tal forma, que chega aos dias de hoje com 3800 trabalhadores, e mais de 20 empresas, de ramos diversificados da agricultura, da indústria e do comércio, a marca Delta está implantada em 40 países do mundo.

O que faz deste empresário ser diferente de outros é a sua preocupação de multiplicar para dividir, para dar mais emprego, mais condições aos seus trabalhadores e colaboradores, para criar estruturas e equipamentos sociais educativos e culturais para os seus trabalhadores e familiares e para toda a população de Campo Maior, para a sua região, para o Alentejo e para o país. Enorme ser humano, preocupado com o bem-estar de todos os que o rodeavam, e com o desenvolvimento económico-social e cultural da sua região, um grande empresário português com sucesso no panorama nacional, e com enorme envolvimento humanitário e de responsabilidade social, sem deixar de

defender e praticar os seus valores democráticos políticos e até partidários, foi sempre um homem transversalmente consensual a toda a sociedade portuguesa. José Luís Peixoto, ao referir-se sobre o percurso do grande empresário, que construiu uma marca a partir do zero, refere: «Nada disso é pouco e não deve ser minimizado. Mas a grande raiz que segura esse tronco e esses ramos são os valores, que preservou desde sempre, de que nunca abdicou». Citei.
Foi homenageado e reconhecido por diferentes organizações culturais, sociais e profissionais, por instituições de ensino superior, por municípios e cidades de vários países, foi agraciado nacionalmente em 95 pelo presidente Mário Soares, e em 2006 pelo Presidente Jorge Sampaio, em 2009 foi agraciado pelo reino de Espanha. Em frases simples e genuínas do seu discurso direto ficaram pensamentos importantes:
«Temos todos que pensar uns nos outros.
Sem ambição não se pode caminhar, mas a ambição deve servir para criar.
A proximidade é extraordinária.»
Exemplos de pensamentos seus são lições de vida, da sua intensa vida de trabalho e de afeto pelos outros e para os outros.
Quisemos trazer hoje, nesta comemoração de abril, duas referências que já partiram, um há 30 anos, outro há pouco mais de um mês, ambos viveram a pensar nos outros e no seu país. Um com a coragem e determinação de militar empenhado na conquista da liberdade, outro empresário com forte sentido empreendedor e humanista empenhado na construção e distribuição de riqueza, e no seu desenvolvimento económico e social da região e do país.
Duas referências, não só de Castelo de Vide, de Campo Maior, ou do Alto Alentejo, são duas referências nacionais, admirados internacionalmente.
Estes dois homens são das maiores referências contemporâneas da democracia do nosso distrito de Portalegre. São expoentes máximos do abril democrático, apesar de áreas tão diferentes em que desenvolveram as suas vidas, os valores da lealdade, da solidariedade e da determinação, cruzavam a personalidade e o comportamento de ambos. Estes dois homens acrescentaram democracia ao país, defenderam-na e aprofundaram-na, tiremos a lição que a democracia só se defende e se aprofunda, acrescentando democracia à democracia, e liberdade à liberdade, todos os dias da nossa vida.
É assim que defendemos abril, é assim que defendemos os ideais de abril.
À saúde da democracia de pouco adianta a estratégia de falar mais alto, de nada adianta fazer do combate político um palco de maledicências e de difamação, de nada vale dizer constantemente tudo está mal porque sim, de nada vale atirar constantemente a culpa a terceiros, de nada adianta leituras incendiárias da situação politica, e muito menos precisamos e queremos discursos de ódio e de vingança.
O que adianta aos democratas é inspirarem-se nos Salgueiros Maias e Ruis Nabeiros deste mundo, e na sua serenidade democrática, para em conjunto combaterem os discursos antidemocráticos populistas e demagógicos de ódio, de vingança, xenofobia e de racismo, porque esses são os discursos e práticas que minam a democracia, que atacam abril, com o objetivo de virar toda a sociedade contra os valores democráticos de abril.
Os democratas, todos os democratas, tem de assumir ser guardiões da democracia, combatendo quem pretende colocá-la na escuridão, o 25 de abril não é exclusivo de ninguém, mas nele não cabem os que dele se querem excluir.

Outra lição, que poderemos tirar do comportamento destes dois grandes homens perante a vida e a sociedade, é que a proximidade e a cooperação são atitudes intimamente ligadas ao desenvolvimento, numa região e num concelho onde todos reconhecemos a existência de problemas de desenvolvimento económico e social, necessitamos de uma forte cultura de participação, de trabalho conjunto, de proximidade e de cooperação, para enfrentar dificuldades endógenas e exógenas.
É preciso aprofundar, cada vez mais, a cooperação entre pessoas, instituições e organizações políticas, empresariais, académicas, sindicais, sociais e culturais.
Os valores que defendemos da liberdade, da igualdade e da justiça social, tem de passar por aqui, por esta cultura de participação e de estabelecimento de redes e pontes, para fazermos acontecer desenvolvimento.
No próximo ano comemoramos os 50 anos de abril, meio seculo que passou a correr, com muitos percalços e com tanto para fazer, é certo, mas com a estabilidade democrática necessária para não desistirmos de fazer cada vez mais e melhor, vamos começar já essas comemorações, que seja um desafio de grande cooperação e de mobilização de todos os jovens, por uma cidadania responsável, integrando as comemorações dos 50 anos de abril nos projetos educativos, de todas as instituições de ensino do pré-escolar ao superior, fica este desafio às nossas escolas, como uma pequena contribuição, para que tenhamos muitos mais 50 anos de democracia e de liberdade.
Viva o 25 de abril.
25 de abril sempre."

Intervenção de Rui Jorge Batista Martelo, em nome do PPD/PSD – CDS/PP:

"Bom dia a todos
Ex.ma senhora Presidente da Câmara Municipal de Portalegre
Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre
Ex.mos senhores Vereadores
Ex.mos senhores Deputados Municipais
Caros Concidadãos Munícipes
Minhas Senhoras e meus Senhores
«A única forma de lidar com o mundo, onde não existe liberdade, é tornarmo-nos de tal forma livres, que a nossa própria existência se transforme num ato de rebelião», Alberto de Campos.
Estamos aqui para celebrar, com o mesmo compromisso democrático, 49 anos depois, aquela que foi a data que permitiu ao povo português iniciar todo um processo importante de direitos e compromissos.
Para que possamos refletir, sobre o verdadeiro significado da data, permitam-me que relembre que estamos a um ano de completar o cinquentenário. É incontestável a importância do 25 de abril, quer pelo caracter pacífico e original deste dia da liberdade, quer porque nos permitiu a instauração do regime democrático, e a criação de um estado social, onde a educação, a igualdade de oportunidades, a qualificação e a cultura do povo, se assumiram como vetores fundamentais da dignidade humana e da liberdade de expressão. Foi este legado que nos permitiu construir uma democracia consolidada, assente numa constituição avançada, em eleições livres e instituições autónomas. Eleições livres e democráticas, que elegem cidadãs e cidadãos para representarem o

poder local, e, que possibilitam a participação dos fregueses e munícipes, foi esta uma das maiores conquistas de abril.
Não podemos, porém, deixar de sublinhar outra data, que a todos é conhecida, e que permitiu cumprir o desígnio de abril de 74, contendo a transição revolucionária, e abrindo as portas a um Portugal democrático, pluralista e solidário, o 25 de novembro de 1975.
Comemorar abril é também celebrar o poder local, uma das maiores conquistas da democracia portuguesa.
Aos autarcas, em particular aos do concelho de Portalegre, como a todos os agentes políticos em geral, impõem-se um denominador comum, a missão de servir, estar ao serviço dos cidadãos, e da satisfação dos seus anseios de bem-estar, e de qualidade de vida, de paz, de segurança, tolerância e democracia.
A minha geração, já nascida depois da revolução, por vezes esquece-se que, o serviço nacional de saúde, a educação pública como um direito, a ação social, o direito à habitação e ao trabalho digno, o movimento político sindical e associativo, e, a adesão à União Europeia, são heranças da democracia.
Mas nada está garantido, Albert Einstein dizia «a liberdade em qualquer dos casos só é possível se lutarmos constantemente por ela».
Vivemos, à escala global, num contexto de incertezas e perplexidades, e, devemos por isso mantermo-nos vigilantes e exigentes, cada vez mais ativos civicamente, sempre movidos pelo bem comum, sem egoísmos pessoais ou nacionais.
A pandemia e a guerra da Ucrânia estão aí para nos lembrarem como podem ser difíceis e conturbados os tempos que nos aguardam, é por isso urgente que os políticos eleitos travem o nacionalismo, inovem na economia, e combatam as desigualdades sociais, assim como é premente, que cada cidadão reforce a sua fé cívica nos princípios da igualdade e da fraternidade, e, que todos lutemos, cuidadosamente em liberdade, pelas nossas convicções e por uma sociedade mais justa e mais ética.
Caras senhoras e caros senhores saibamos passar às gerações, pós 25 de abril, o amplo significado da revolução, e sobretudo, sejamos capazes de por, no presente, as lutas, sempre inacabadas, pela liberdade, pela justiça e pela igualdade.
Viva a paz
Viva a liberdade
Viva a democracia
Viva Portalegre."

<u>Intervenção de Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Portalegre:</u>

"Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.^{mos} senhores Vereadores
Ex.^{mos} senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas
Ex.^{mos} senhores deputados da Assembleia Municipal
Exmo senhor Vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre
Exmo senhor Alcaide de la Codosera
Sua Exa. Reverendíssima senhor bispo de Portalegre e Castelo Branco Don Antonino Dias
Exmo senhor Presidente do Conselho de Administração da ULSNA.
Exmo senhor Comandante Distrital da PSP de Portalegre

Ex.mo senhor capitão Pedro Ribeiro em representação do Comandante do comando territorial da GNR e do comando do centro de formação da GNR
Ex.mo senhor comandante sub-regional do alto Alentejo
Ex.ma senhora Comendadora Domingas Valente e Valente
Ex.mos senhores presidente e comandante da Associação de Bombeiros Voluntários de Portalegre
Demais entidades presentes
Portalegrenses
Comunicação Social
Minhas Senhoras e meus Senhores
Mais uma vez muito bom dia a todos
Passados 49 anos de abril de 74, continuamos a comemorar o dia da revolução, o dia em que o povo definiu um novo rumo, um rumo diferente para Portugal. Continuamos a comemorar o 25 de abril, por entendermos que ainda se justifica, passados quase cinquenta anos.
Cada um de nós tem obviamente direito a ter motivos distintos para o fazer.
Continuamos a comemorar o 25 de abril, mais ou menos da mesma forma que o fazemos há 49 anos, comemorações que de ano para ano pouco motivam os jovens a participar.
Este ano, e para a nossa sessão solene, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entendeu envolver as crianças e jovens nesta comemoração. Ideia que considero muito acertada, pelo que o felicito por esta iniciativa. Aproveito também para agradecer aos alunos do agrupamento das escolas do Bonfim, do agrupamento das escolas José Régio e da Escola Secundaria de S. Lourenço, agradeço à associação cultural UMCOLETIVO, na pessoa da Cátia Terrinca, e, a todos os elementos do orfeão de Portalegre e ao professor maestro Jorge Gargaté, pelo momento que nos proporcionaram, que eu acho que foi de facto encantador.
A presença dos nossos jovens, hoje aqui, fez-me pensar que talvez valesse a pena repensarmos o modelo de comemoração. Creio que caímos numa rotina tipo ritual, inovando muito pouco, ano após ano, e dessa forma afastando das comemorações os mais jovens.
O nosso país mudou muito em 49 anos, todos sabemos isso, no entanto, importa lembrar que a Democracia não é sinonimo de direitos adquiridos. A liberdade implica obviamente compromisso, e responsabilidade da parte de todos nós, de toda a sociedade e não só de parte da mesma.
A liberdade implica dever, empenho, participação e implica dedicação.
Como defendia, o filósofo escritor jornalista francês, Albert Camus «a liberdade não é mais do que uma oportunidade para sermos melhores».
A exigência tem de ser máxima, não só para os governantes, como para a sociedade civil no seu todo, diria mais, a exigência tem de começar em cada um de nós, e só depois ser exigido aos outros.
Porque o país e uma democracia com quase 50 anos merecem muito mais de cada um de nós, o 25 de abril e mais tarde o 25 de novembro, que importa também referir e comemorar, foram feitos de valores, de esperança e ambições, de liberdade de um povo que sonhou, e teve a coragem de querer traçar um novo rumo para o seu país.
Nestas datas recebemos uma herança que temos obrigação de honrar e preservar. Portugal de facto mudou, com o 25 de abril, iniciou-se o novo ciclo de aproximação à

Europa, que culminou com a nossa integração na comunidade económica europeia. Continuamos a investir em condições essenciais para aumentar a qualidade de vida das pessoas, objetivo em grande parte conseguido. Ainda hoje continuamos a precisar de alcançar objetivos que nos permitam enquanto sociedade viver melhor.
Para isso, é imperioso exigir que tudo, mas tudo seja feito para alcançarmos um futuro melhor. Quase meio seculo depois do 25 de abril de 74 celebramos o dia da liberdade numa europa em guerra, consequência da invasão de um país, que foi desrespeitado na sua soberania, na sua liberdade, no direito de um povo viver em paz, situação que a todos nos deve indignar.
Em abril de 2023 Portugal é um país a braços com problemas profundos, vivemos tempos difíceis, vivemos tempos de instabilidade política, apesar de um governo maioritário, o mesmo apresenta fragilidades muito relevantes.
Em abril de 2023 temos um país que se debate há décadas com enormes disparidades e assimetrias regionais, principalmente entre o litoral e o interior.
Em abril de 2023 Portugal continua a envelhecer e a perder população qualificada e em idade ativa, principalmente nas regiões de baixa densidade como o nosso Alentejo, e significa o confronto com um conjunto significativo de desafios em termos demográficos, sociais e económicos, e intensifica a dificuldade de fixação de jovens e massa critica.
Em abril de 2023 deparamo-nos com a crescente perda de representatividade dos distritos com menos população na Assembleia da República.
Em abril de 2023 sentimos o estrangulamento financeiro da economia, famílias e empresas ressentem-se das dificuldades de acesso ao crédito, e das subidas das taxas de juro que levam a muitas situações de dificuldades extrema. Situação agravada com o aumento sucessivo dos impostos perante a maior carga fiscal de sempre.
Em abril de 2023 confrontamo-nos com o impacto da conjuntura económica, com a perda do poder de compra, e uma pressão social exacerbada sobre os orçamentos familiares, agravada pela subida dos preços dos serviços e dos bens essenciais.
Em abril de 2023 temos pensões de valores indignos, indignos tanto na escassez de valor que é a maioria das situações, tanto nos montantes de grande valor por vezes conseguidas com métodos e formulas no mínimo duvidosas.
Em abril de 2023 temos com frequência dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, com as constantes ausências de algumas especialidades, exemplo disso mesmo são as sucessivas notícias de encerramento dos serviços de maternidade em muitas e muitas zonas do país, exemplo disso é o aumento do número de portugueses sem médico de família atribuído, exemplo disso são os centros de saúde sem médicos e outros profissionais da área da saúde.
Em abril de 2023 importa questionar se estamos realmente a honrar os valores da democracia, valores esses tão apregoados e difundidos de forma constante nos discursos políticos.
Em certa parte, creio que podemos dizer que o 25 de abril de 74 e os seus objetivos continuam por concretizar.
Portalegre também sofre com todos estes problemas que afetam o país, bem sabemos que o interior representa em termos eleitorais poucos votos, não poderemos aceitar por esse facto como normal e o pouco investimento do estado central, os contribuintes do nosso território pagam exatamente os mesmos impostos de outras regiões. No entanto todos sabemos que os serviços públicos do estado não funcionam da mesma forma em todo o país. Esta situação não pode ser motivo para não exigirmos o que a nossa

população precisa e merece. Numa região como a nossa, no nosso alto Alentejo, onde o investimento do poder central é escasso, o papel das autarquias tem sido fundamental. O poder local democrático continua a ser um dos pilares da democracia portuguesa, foi em grande parte graças ao trabalho desenvolvido nas autarquias que o país se desenvolveu, e foi lutando para aumentar a coesão social e territorial e reduzir as assimetrias.
Nas câmaras municipais e nas juntas de freguesia conseguimos fazer mais com menos recursos, não somos só nós que o afirmamos, há dados da OCDE que atestam esta nossa convicção, em comparação com outros países. As autarquias estão na primeira linha de proximidade e resposta às necessidades e espectativas das pessoas, das famílias e das empresas.
As autarquias, em parceria com todas as entidades locais, fazem de facto a diferença. Muito do investimento efetuado na nossa região, no nosso distrito, foi efetuado, pelas autarquias. A Câmara Municipal de Portalegre trabalha para dar consistência ao esforço diário, de fazer mais em prol do desenvolvimento social, cultural e económico do concelho e da região, numa perspetiva inclusiva, integradora e de sustentabilidade. Neste ano e meio foi possível executar uma serie de investimentos, foi possível começar a cuidar e embelezar alguns espaços públicos e equipamentos, que precisavam de intervenções. Foram muitas as intervenções realizadas ou ainda a decorrer, umas de maior outras de menor envergadura financeira, mas todas importantes. Destacarei apenas alguns exemplos, várias intervenções em edifícios municipais, remodelações de espaços de jogos, recreios, nas escolas de primeiro ciclo e jardins de infâncias em várias escolas do concelho, repavimentações de vários arruamentos, requalificação do campo de treino do estádio municipal, comparticipação financeira no centro de saúde dos assentos, intervenções em equipamentos desportivos, intervenções em várias escolas do concelho, intervenções em habitações sociais, reforço do valor protocolado com as juntas de freguesia, apoio às IPSS's que executaram investimentos, melhoria da limpeza urbana, aquisição de equipamento e viatura de transporte escolar, entre tantos outros.
Também trabalhamos para que o município seja um facilitador de processos e procedimentos, procurando atrair investimento para a região, e dinamizar a economia local. Nesse sentido tomamos medidas fundamentais para conseguir esse objetivo, destaco a alteração do regulamento municipal de urbanismo edificação e taxas, com grande diminuição do valor a pagar ao município por parte de quem investe, sejam as empresas sejam as famílias. Importa também referir que recentemente foi possível desbloquear e solucionar algumas situações estruturantes para o concelho, situações essas que acompanhávamos há muitos anos, situações do conhecimento geral, embora a sua concretização estivesse comprometida. Dou como exemplo as infraestruturas para acolher o novo centro de formação da escola da GNR, integrado na empreitada de expansão da área de acolhimento da zona industrial, há décadas que era considerada uma das principais reivindicações dos portalegrenses, junto do governo. Vimos o concurso público para a execução da obra ser anulado por falhas técnicas no projeto, e em tempo record o mesmo foi corrigido, foi lançado novo concurso público, com as peças dos procedimentos corretas, foi obtido o visto do tribunal de contas, adjudicado, iniciada a obra que se encontra em execução. Situação semelhante aconteceu com a requalificação da Escola Cristóvão Falcão, cuja candidatura tinha sido aprovada há bastante tempo, o concurso público encontrava-se finalizado, mas por diversos fatores, que não importa agora, a consignação que iria permitir o arranque dos trabalhos, ainda

não tinha sido assinada, mais uma vez o prazo para poder concluir a empreitada encontrava-se em risco. Já no caso da infraestruturação do loteamento da Ratinha, o processo encontrava-se em resolução desde 2014, entre março de 2022 e março de 2023, a obra foi consignada e efetuada, permitindo que aquela zona de entrada da cidade fosse reabilitada em parte, e que as construções inacabadas existentes pudessem ser adquiridas e futuramente reabilitadas, através de iniciativa privada, permitindo disponibilizar um grande número de habitações no mercado imobiliário local que é deficitário. Temos um passado, vivemos o presente, mas pensamos acima de tudo no futuro. Temos ambição, estamos determinados, queremos o melhor para a nossa terra, para as nossas gentes, queremos criar um concelho mais próspero, mais dinâmico, mais aprazível, capaz de atrair e fixar pessoas, empresas e investimento. Usar toda a criatividade, capacidade e resiliência para dar consistência ao esforço diário que fazemos em prol do desenvolvimento económico, social e cultural que ambicionamos. Há muito para resolver, para construir, para melhorar, estamos certos disso, é um caminho que leva o seu tempo a percorrer, de qualquer maneira sabemos que não temos tempo a perder. Importa olhar para o futuro, acreditar que como território em conjunto seremos capazes de alterar o que não está bem, seremos capazes de conseguir o que ainda não conseguimos obter, trabalharemos todos juntos, instituições, empresas, município, portalegrenses, para conseguirmos cumprir a missão que a todos nos une e que é acima de tudo Portalegre.
Viva Portalegre
Viva Portugal."

Intervenção de Luís Miguel Casqueiro Romão, presidente da Assembleia Municipal de Portalegre:

"Apresento respeitosamente os meus cumprimentos a todos
Agradecendo a presença dos elementos da autarquia Câmara Municipal, senhora presidente e senhores vereadores
Membros da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia
Entidades religiosas, civis e militares que muito dignificaram a cerimónia do hastear da bandeira
À senhora Comendadora Domingas Valente
Convidados
Portalegrenses
Permitam-me um cumprimento especial acompanhado de um agradecimento ao Orfeão de Portalegre, à Associação Cultural UMCOLETIVO, e a todos os alunos e professores das escolas do concelho, que colaboraram no apontamento cultural que antecedeu esta sessão solene.
Estamos aqui hoje reunidos para evocar uma das datas mais importantes da história de Portugal.
Sendo na história recente, sem dúvida, a data mais significativa, e a que mais impacto teve nas nossas vidas.
Foi neste dia, há 49 anos, que se abriu uma janela de esperança. Em que os portugueses deixaram para trás décadas de um regime totalitário, pensado e exercido por um único homem, caracterizado pela pobreza das populações, pelo analfabetismo,

pela opressão, pela ausência de liberdade e de expressão, pelo isolamento geopolítico, pela falta de condições de vida, que tantos levou a emigrar, e pela guerra colonial.
Pois, foi neste dia de 25 de abril de 1974, que os nossos horizontes se abriram, e surgiram, no nosso léxico diário, palavras como Liberdade e Democracia, valores que podemos agradecer aos capitães de abril, dos quais destaco Salgueiro Maia, personagem consensual e imagem do 25 de abril. Que nunca se quis imiscuir na política partidária, apesar de alguns se quererem apoderar do seu nome. E a homens como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ramalho Eanes, mas sobretudo, ao povo português, que em 25 de abril de 1975, aquando da realização das primeiras eleições livres para a eleição da Assembleia Constituinte, deu claros sinais de defesa de um regime democrático, rejeitando valores característicos dos regimes totalitários e de partido único, semelhantes aquele que havia antes do 25 de abril de 1974.
49 anos depois, somos herdeiros do 25 de abril, somos herdeiros daqueles homens e mulheres, que votaram nas primeiras eleições livres de 1975, cuja taxa de abstenção foi de 8,5%.
O que pensariam, hoje, aqueles homens e mulheres, que tanto sofreram e lutaram para conquistar os valores de abril, ao saberem que a taxa de abstenção nas últimas eleições legislativas, realizadas em 2022, foi de 48,6%. Apenas metade dos portugueses com direito de voto, uma conquista de abril, exerceram o seu direito.
Podemos formular a seguinte questão.
Quais as causas que levam os portugueses a não votar, haverá com certeza inúmeras explicações possíveis, desde a falta de cultura política, à falta de informação política, nesta sociedade dita da informação, ao sistema eleitoral não permitir a representatividade do voto, ao encarar a abstenção como forma de protesto.
A nossa sociedade tem obrigação de desenvolver atividades, nas escolas, ou através das várias formas de comunicação, atualmente disponíveis, que visem capacitar e motivar as pessoas, no geral, e os jovens, em particular, para a participação política informada e competente. Seja através do voto, seja diretamente através da participação política.
Esta dissociação entre o cidadão e a política tem vindo a crescer, ao longo destes 49 anos, e, reflete a forma como os cidadãos, do primeiro quartel do seculo, olham para as soluções que temos vindo a construir.
Num Portugal do século XXI, em que há 1,4 milhões de portugueses sem médico de família, atribuído nos centros de saúde, o que equivale praticamente a 1/7 do total de pessoas inscritas no Serviço Nacional de Saúde, em que a falta de especialistas leva ao encerramento de serviços em vários hospitais, em que os processos judiciais se arrastam durante meses, ou mesmo anos, nos tribunais, chegando muitos a prescrever. Em que, no final do segundo período letivo, ainda havia 20 mil alunos sem professor a todas as disciplinas, sendo as disciplinas de português, matemática e inglês, aquelas com mais horários por preencher. Em que quase 40% das vagas para a PSP ficaram por preencher, em que os navios da armada ficam em terra, e, se torna cada vez mais difícil recrutar jovens para as forças armadas, em que alguns pensam primeiro na estratégia partidária e só depois na vida dos portugueses.
Em que 22,4% da população se encontra em risco de pobreza ou exclusão social, sendo Portugal o 8º país, dos 27 que constituem a União Europeia, com maior proporção de população a viver este tipo de vulnerabilidade social e económica, sendo o estado

membro com maior aumento dos níveis de desigualdades, em que a inação e a ausência de políticas reformistas são uma constante da governação.
Neste contexto é natural que haja um afastamento entre a população e o poder político, favorecendo a abstenção, e criando condições para o reaparecimento de movimentos extremistas e contra o sistema.
Cabe, pois, aos partidos democráticos, ter a coragem de tomar medidas, definir e executar estratégias, implementar reformas, cuja finalidade seja a criação de riqueza e a melhoria de condições de vida dos portugueses, e, que não tenham apenas como objetivo vencer as próximas eleições.
É esta a herança que nos deixaram os homens de abril, e, é esta a nossa obrigação para construir o Portugal livre e democrático do seculo XXI".----------

ENCERRAMENTO:
==========

Com a respetiva autorização, que lhe foi concedida pelo presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, Dr. Luís Romão e pela presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Eng.ª Fermelinda Carvalho, e, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão solene das comemorações do 49º aniversario do 25 de abril, por Manuel Mouro Gonçalves Mata, agradecendo a presença de todos, eram 11H00, do dia 25 de abril, do ano de 2023 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.----------

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

O/A Secretário/a

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)